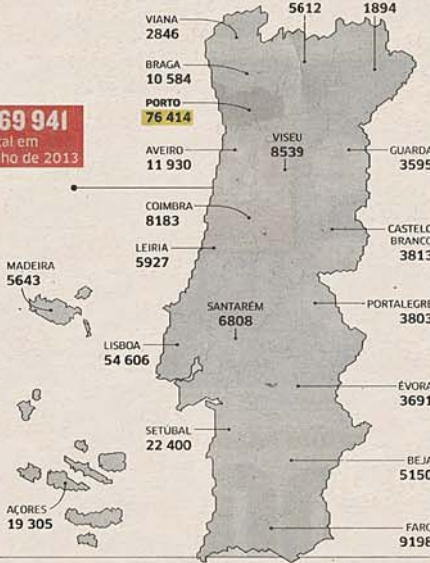


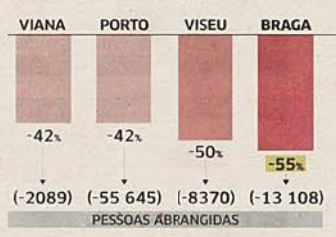
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO // EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS



POR DISTRITO



DISTRITOS COM MAIORES CORTES



Perfil do beneficiário:
Mulher de 35 a 39 anos de idade

83€ valor médio recebido por beneficiário

-10€ do que há um ano



23 mil quebram as regras e ficam sem rendimento

- **Recusa** de formação ou falta injustificada a convocatória são razões para cortar RSI
- **Efeitos** do aperto dos critérios de atribuição, há um ano, ainda se sentem

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

Desde o pico, em 2010, um terço das pessoas com RSI perdeu a prestação. A quebra explica-se pelas mudanças na lei e erros dos beneficiários. Só no último ano, quase 23 mil violaram as regras e ficaram sem o rendimento.

O número de pessoas com rendimento social de inserção (RSI) caiu um terço entre 2010 (o máximo) e julho último - menos 132 mil beneficiários. A queda tem sido sistemática e continuou com o "aperto" dos critérios de atribuição, em julho do ano passado. Nos últimos 12 meses, diz o Instituto da Segurança Social, 22 900 pessoas perderam o benefício por não cumprirem as regras a que se obrigaram.

A Segurança Social não revelou quantas pessoas entram e quantas saíram do sistema, seja por responsabilidade própria seja porque o Estado considera que deixaram de ser pobres o suficiente para receber RSI - um adulto

não pode ter rendimentos superiores a 178,15€, bem abaixo dos 420€ do limiar de pobreza. O certo é que, nos últimos 12 meses, o número de beneficiários continuou a cair, para valores que já não se registavam desde os primeiros anos da prestação.

É o resultado sobretudo dos cortes feitos pelos Governos, dizem ao JN Tânia Sampaio, uma responsável da instituição de solidariedade Asas, de Santo Tirso, e Luis Bento, professor na Católica.

O último corte data de julho de 2012 e continua a ter impacto, já que a situação de cada beneficiário é revista quando renova o contrato de inserção social (é agora válido por um ano, sem renovação automática), explica Tânia Sampaio.

Aceitar trabalho
Uma das principais alterações introduzidas no ano passado obriga os beneficiários a aceitar trabalho socialmente útil, em instituições de solidariedade ou câmaras ou juntas de freguesia, por exemplo. Será trabalho não remunerado que não poderá ultrapassar as 15 horas semanais. Ainda, o Governo baixou o

valor a pagar. A tabela passou a ditar 178,15€ para quem pede a prestação, 89,07€ por cada adulto e 53,44€ por menor - menos do que até então. Trata-se de valores de tabela e não os que as pessoas de facto recebem. É que passaram a ser deduzidos de forma sistemática quase todos os rendimentos, incluindo o valor ganho em biscates e habitação social.

"Tem de se assinar um documento dizendo quanto se costuma receber" em biscates, diz Tânia Sampaio. Se não o declarar e for inspecionado, sujeita-se a ficar sem o

RSI e a ter de devolver o dinheiro já recebido.

Feitas as contas, há pessoas a ter direito a receber "oito ou dez euros". Muitos "preferem desistir", diz Tânia Sampaio. Noutros casos, conta, as pessoas passaram a receber tão pouco que deixaram de conseguir pagar a renda e tiveram de mudar-se para a casa dos pais. Mas "basta que os idosos recebam uma pensão para que o filho perca direito ao RSI", explica a assistente social.

Novos documentos
Outra situação comum, adiantou, é a incapacidade para pagar as alterações a documentos (como atualizações de morada no Cartão de Cidadão) ou certidões pedidas pela Segurança Social para, por exemplo, comprovar não terem bens imóveis. Desde o ano passado, diz Tânia Sampaio, os beneficiários têm mesmo que obter estes documentos.

Por tudo isto, Tânia Sampaio tem visto uma "diminuição significativa" dos utentes com a prestação. E Luis Bento acredita que, de futuro, os critérios serão ainda mais apertados. ●



"Os apoios sociais serão ainda mais cortados"

Luis Bento Professor na Católica de Lisboa

Por que razão há menos pessoas apoiadas pelo RSI quando o desemprego continua num nível histórico?

O Governo tem alterado sucessivamente as condições de acesso e manutenção e, com isso, baixa o número de beneficiários. O mesmo tem acontecido com o subsídio social de desemprego. O Governo tem um bolo a distribuir: se não chega para o número de pessoas em condições de beneficiar, muda as condições.

Os cortes irão continuar?
Sim, a oitava e nona avaliações da troika deverão resultar num corte ainda maior nos apoios sociais que depois são compensados com, por exemplo, cantinas sociais. O Governo está a deixar uma política de subsidiação de quem necessita para uma de caridade, em que as subsidiadas são as entidades a trabalhar com o Estado.

66

"Os valores são muito baixos. Recebe só quem está mesmo em situação de grande precariedade".

Tânia Sampaio
Associação Asas

MUDANÇAS

Rendimento é deduzido
Ao valor que as tabelas atribuem são agora deduzidos todos os rendimentos, incluindo a habitação social e biscates (a pessoa assina uma declaração dizendo quanto costuma ganhar). A exceção é o abono de família, subsídio por deficiência e por assistência de terceira pessoa. "Houve pessoas a desistir porque iam receber tão pouco que não compensava as obrigações", diz Tânia Sampaio.

Trabalho socialmente útil
O RSI é dado a quem assina um contrato de inserção onde se compromete, entre outros, a trabalhar até 15 horas por semana.

Papelada custa dinheiro
Em tempos, a Segurança Social aceitava que a pessoa não podia pagar declarações oficiais para, por exemplo, demonstrar não ter bens imóveis. Agora obriga a comprar os documentos, diz Tânia Sampaio.